

▼ **Erros históricos** Efeitos da mineração na Amazônia atingem o meio ambiente e as comunidades próximas
(FOTO: JOÃO RAMID)





PENSAR

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E A CORRIDA POR MINERAIS CRÍTICOS

*Da Amazónia ao Ártico, cresce a pressão em territórios
ambientalmente sensíveis*



— POR **MARILUZ COELHO**

Jornalista socioambiental, investigadora do Observatório
do Risco do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

▼ **Amazônia** A mineração em grande escala tem um custo elevado para o meio ambiente (FOTO: JOÃO RAMID)

A

A transição energética começa a redesenhar o mapa global dos recursos naturais. Enquanto governos prometem abandonar combustíveis fósseis, cresce a corrida por minerais críticos indispensáveis para baterias, redes elétricas e energias renováveis. Essa disputa desloca a pressão para territórios ricos em recursos, muitos deles ambientalmente sensíveis. Da Amazônia aos Andes e ao Ártico, a nova economia da energia limpa tem o desafio de combater a crise climática sem reproduzir novas formas de extrativismo mineral.

Os minerais críticos tornaram-se essenciais para a descarbonização. Ao mesmo tempo, a sua exploração levanta questões ambientais, sociais e geopolíticas cada vez mais complexas. Nos últimos anos, governos e empresas multiplicaram compromissos com a neutralidade carbônica.

Conferências climáticas prometeram acelerar o abandono dos combustíveis fósseis. Mas a geopolítica mostra outra realidade. Em momentos de crise, como a guerra no Médio Oriente, petróleo e gás regressam ao centro da estratégia energética global.

A primeira decisão diplomática explícita para iniciar uma transição global para longe dos combustíveis fósseis foi adotada na COP28. O acordo final incluiu, pela primeira vez em quase três décadas de negociações climáticas, a expressão “*transition away from fossil fuels in energy systems*” (transição sem combustíveis fósseis nos sistemas energéticos).

Até então, os textos oficiais evitavam mencionar diretamente petróleo, gás e carvão. A formulação surgiu após intensa disputa entre países produtores e governos que defendiam a eliminação progressiva dessas fontes. O resultado foi considerado histórico, mas também ambíguo: o texto não definiu calendário, metas obrigatórias nem mecanismos claros de implementação.

Desde então, conferências posteriores, como a COP30, passaram a enfrentar uma questão central: como transformar essa declaração diplomática num processo efetivo de abandono dos combustíveis fósseis.

SANTA MARTA E A BATALHA PELO FIM DOS FÓSSEIS

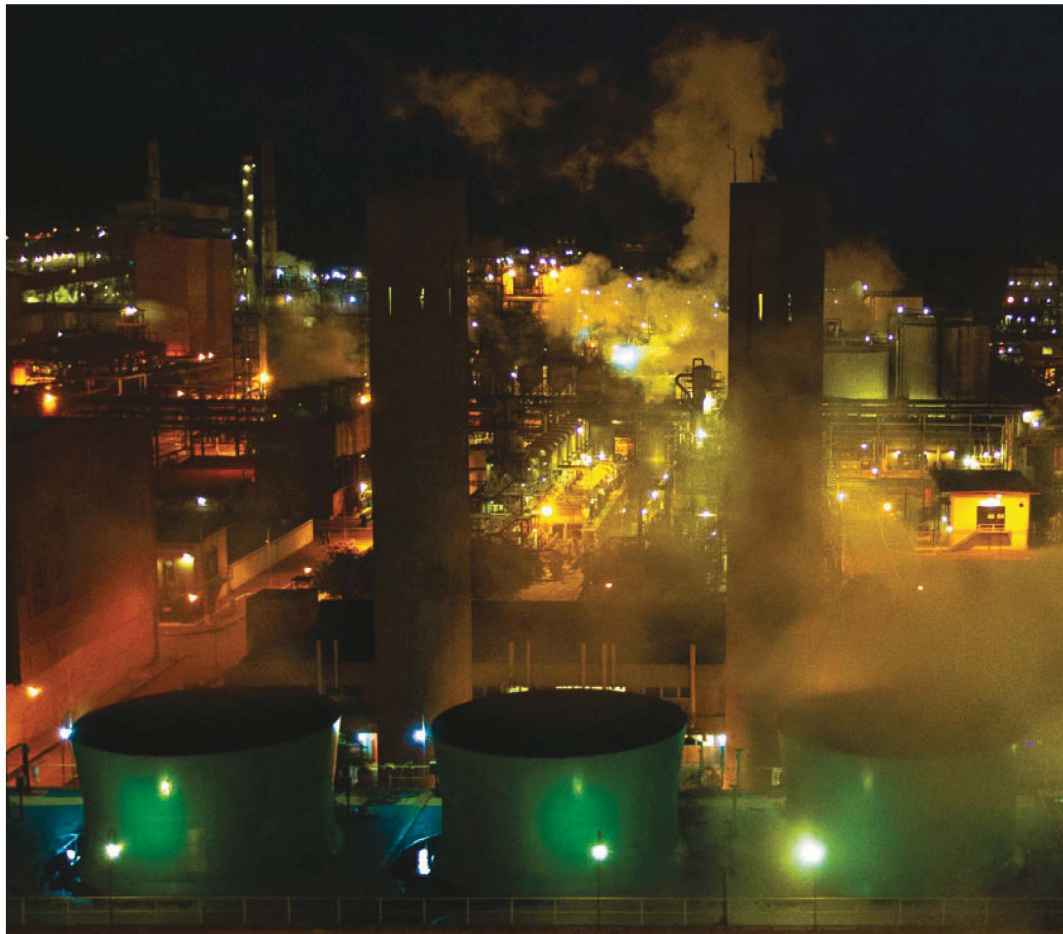
A Colômbia tenta recolocar o debate climático no centro da política internacional. En-

Conferências climáticas prometeram acelerar o abandono dos combustíveis fósseis. Mas a geopolítica mostra outra realidade. Em momentos de crise, como a guerra no Médio Oriente, petróleo e gás regressam ao centro da estratégia energética global

tre 27 e 29 de abril de 2026, a cidade de Santa Marta, no Caribe colombiano, sediará a Primeira Conferência sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis.

Organizada pelos governos da Colômbia e dos Países Baixos, a iniciativa pretende transformar um impasse diplomático numa agenda concreta para a transição energética. O encontro surge como resposta ao bloqueio registado na COP30, que terminou sem um compromisso claro com a eliminação progressiva do petróleo, do gás e do carvão.

Durante as negociações, a Colômbia tentou incluir no acordo um caminho explícito para a redução gradual dessas fontes. A proposta enfrentou forte resistência de grandes exportadores de energia. Arábia Saudita e Rússia lideraram o bloqueio, com apoio da China.





Os minerais críticos, essenciais para a eletrificação da economia, são essenciais na estratégia europeia. E Portugal possui uma das maiores reservas de lítio da Europa

desses auxílios estatais. Outro ponto central da discussão europeia envolve os minerais críticos, essenciais para a eletrificação da economia. Portugal possui uma das maiores reservas de lítio da Europa. Segundo a ministra, o governo prepara uma estratégia nacional para a exploração dessas matérias-primas, que deverá ser divulgada até o próximo verão.

DE QUANTA ENERGIA PRECISAMOS REALMENTE?

Em entrevista à VISÃO durante a COP30, a relatora especial das Nações Unidas para direitos humanos e mudanças climáticas, Elisa Morgera, defendeu que o debate energético precisa de começar por perguntas raramente colocadas: de quanta energia realmente precisamos, para que atividades e quanto de minerais será necessário para sustentar essa transição?

“Precisamos de garantir que a mineração seja estritamente necessária para avançar a transição para energias renováveis, com prioridade para solar e eólica. E que não responda às necessidades energéticas e minerais de outros setores, como a militarização ou o crescimento descontrolado de data centers, que também pressionam o sistema climático”, afirmou.

“Devemos olhar para aquilo de que as pessoas realmente precisam para o seu bem-estar, priorizando as necessidades de quem vive em situações de maior vulnerabilidade e em pobreza energética”, acrescenta.

“Em vez de priorizar apenas as necessidades minerais associadas aos veículos elétricos, deveríamos repensar os sistemas de transporte público e o ordenamento do território. Isso exigiria menos energia, menos minerais e permitiria estilos de vida mais saudáveis para todas as pessoas, sem discriminação baseada na riqueza”, analisa Morgera.  visao@visao.pt

O resultado foi um texto final sem qualquer menção direta aos combustíveis fósseis. Ainda durante a conferência, o governo colombiano anunciou a convocação de um novo encontro internacional dedicado exclusivamente ao tema.

Na ocasião, a ministra do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Irene Vélez Torres, criticou duramente o acordo final. Segundo a ministra, o texto ignorava um elemento central da justiça climática: o financiamento da transição energética.

“Sem esses elementos básicos, a crise climática transforma-se em colapso. Estaremos a condenar a Humanidade e a vida neste planeta. O meu governo não vai assumir essa responsabilidade”, afirmou.

Segundo o governo de Gustavo Petro, a conferên-

cia pretende lançar as bases de um roteiro internacional para a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis. Mais de 90 países já manifestaram apoio à iniciativa.

TRANSIÇÃO JÁ COMEÇOU EM MAIS DE 50 PAÍSES

Um estudo internacional divulgado a 10 de março indica que a transição para longe dos combustíveis fósseis já começou em dezenas de países. O levantamento foi elaborado por um consórcio internacional de centros de investigação e organizações climáticas, entre eles o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD), o centro europeu E3G, a fundação italiana ECCO, a organização turca Sefia e o Observatório do Clima, do Brasil.

Segundo o relatório, 46 países já possuem algum tipo de política de descarboni-

zação do setor energético. Outros 11 analisam limitar ou reduzir a oferta de combustíveis fósseis.

Para os autores, os elementos essenciais para um roteiro global de eliminação progressiva dos fósseis já existem. O desafio agora é transformar iniciativas nacionais dispersas num processo internacional coordenado.

Subsídios e minerais críticos expõem tensões na transição energética europeia

A transição energética também enfrenta impasses dentro da própria União Europeia. Um dos pontos mais sensíveis diz respeito aos subsídios à energia. Enquanto alguns países concedem apoios elevados para proteger as suas indústrias durante a mudança da matriz energética, outros alertam para o risco de distorções no mercado comum europeu.

Para a ministra do Ambiente e Energia de Portugal, Maria da Graça Carvalho, quando um país subsidia fortemente a eletricidade acaba por apoiar indiretamente a sua própria indústria. “Quando há países que subsidiam mais do que outros a eletricidade, isso significa que estão a apoiar diretamente os seus setores industriais”, afirmou.

Portugal, juntamente com Espanha e Itália, tem defendido maior rigor no controlo